AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N° 1410375 - MS (2018/0321012-5)

RELATOR	**: MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORES	: CARINA SOUZA CARDOSO - MS004748
	EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA E OUTRO(S) - MS006032
	SÉRGIO WILIAN ANNIBAL - MS005498
AGRAVADO	: FRANCISCO MARCOLINO DA COSTA FILHO
ADVOGADOS	: RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402
	MARCELLE PERES LOPES - MS011239
INTERES.	: FETEMS FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE MS
INTERES.	: BANCO DO BRASIL SA
INTERES.	: ADELIA REZENDE DE MATOS LIMA
INTERES.	: ANTONINA PEREIRA DA SILVA
INTERES.	: ANA RITA DE SOUZA MARQUES
INTERES.	: SANDRA MARIA BOMFIM MOURA BRANDAO DE SOUZA
INTERES.	: ROSEMARY NANTES FERREIRA MARTINS BARBOSA
INTERES.	: BEATRIZ ALVES DE ABREU PAROBA
INTERES.	: HERNAN PAZ MORENO
INTERES.	: ALICE DA SILVA FEREIRA
INTERES.	: ALVAMIRIAN GARCIA MAROLDI VIVEIROS
INTERES.	: ALZIRA GUILERME SAMPAIO
INTERES.	: ALZIRA RODRIGUES CHANFRIN
INTERES.	: ANDERSON MAURO MARTINS
INTERES.	: AZENA RICCO DE FREITAS
INTERES.	: DIRCEU RICCO DE FREITAS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ARTS. 932, IV, E 1.022, CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. TEMAS 515, 877 E 880 DO STJ. NÃO APLICAÇÃO. RITO DOS REPETITIVOS. AFETAÇÃO. REQUISITOS. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Para aplicação da Súmula 83 do STJ, é desnecessário que os precedentes tenham sido construídos por órgão especial da Corte,

ou submetidos à sistemática dos recursos repetitivos, bastando que fique demonstrado que o entendimento é partilhado de forma uniforme pelos órgãos do Tribunal, de modo que não há falar em nulidade do regimento desta Casa por afronta ao art. 932, IV, do CPC/2015.

3. Não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão judicial, de forma coerente e adequada, externa fundamentação suficiente à conclusão do acórdão recorrido.

4. A revisão do entendimento do aresto hostilizado acerca da inexistência de violação da coisa julgada esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a questão com base na realidade fático-probatório dos autos.

5. O aresto exarado pela Corte *a quo* está em conformidade com a jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção deste Tribunal, no sentido de que a liquidação integra a fase de cognição do processo, motivo pelo qual a execução tem início quando o título se apresenta também líquido, momento em que começa a correr o prazo prescricional da ação de execução. Incidência da Súmula 83 do STJ.

6. A diretriz jurisprudencial assentada nos Temas 515, 877 e 880, submetidos ao regime dos recursos repetitivos, não se aplica à presente situação, dada a ausência de similitude fática.

7. Apelo nobre não afetado ao rito dos recursos repetitivos, uma vez não preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 257-A, § 1º, do RISTJ.

8. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator